

38º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS
Caxambu, 27 a 31 de outubro de 2014

SIMPÓSIO PÓS-GRADUADO 16:
Potências tradicionais, potências emergentes e a ordem mundial contemporânea: dilemas,
tensões e possibilidades.

**A PRESENÇA BRASILEIRA NA AMÉRICA DO SUL: UNASUL COMO
INSTRUMENTO PROVIDOR DE LIDERANÇA REGIONAL?**

Arthur Murta¹
Nayanna Sabia²

RESUMO

No começo do século XXI, a América Latina iniciou um processo de renovação política. Os países latino-americanos buscaram recuperar o potencial de desenvolvimento da região por meio do redescobrimto do espaço regional como um ambiente para a discussão e para a ação coletiva. Nesse contexto, a União de Nações Sul-Americanas (Unasul), fundamentada no paradigma do pós-neoliberalismo, foi criada aos auspícios de esforços brasileiros. Durante os cinco primeiros anos de existência da instituição, pode-se averiguar um padrão de comportamento da diplomacia brasileira e levantar alguns questionamentos acerca da estratégia de liderança regional na América do Sul. Ademais, a forma como o Brasil atuou na crise política que levou à destituição presidencial de Fernando Lugo no Paraguai, em 2012, foi mais um elemento motivador para estudo e análise da forma como se dá sua presença regional atualmente. Assim, o artigo objetiva verificar, a partir do marco da criação da Unasul em 2008 e dos reflexos da crise paraguaia de 2012, como o Brasil se comportou considerando suas expectativas e estratégias em vista de aumentar seu protagonismo regional. Trata-se de um estudo exploratório, com abordagem qualitativa, por meio de levantamento bibliográfico apoiado ainda na leitura de notícias e editoriais relativos às posturas tomadas após o *impeachment* de Fernando Lugo. O Brasil tem apresentado comportamento cauteloso no tocante à solução de controvérsias regionais, contudo, tal postura não consolida a tradicional estratégia de liderança regional, ainda que traga consigo uma possível nova forma de inserção assertiva regional, por meio de instituições multilaterais.

PALAVRAS-CHAVE: América do Sul; *impeachment* de Fernando Lugo; Unasul; liderança regional.

¹ Mestrando em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP). Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). E-mail: arthur_murta@hotmail.com

² Mestranda em Relações Internacionais pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: nayannasabia@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

No início do século XXI, a América Latina iniciou um processo de renovação política. Os países latino-americanos buscaram recuperar o potencial de desenvolvimento da região, por meio do redescobrimento do espaço regional como um ambiente para a discussão e para a ação coletiva. Apesar de heterogêneos, os projetos para a América latina tinham algo em comum: a crítica ao modelo neoliberal. Seja Hugo Chávez (1999) na Venezuela, Luiz Inácio Lula da Silva (2003) no Brasil, Néstor Kirchner (2003) na Argentina, Tabaré Vasquez (2005) no Uruguai, Evo Morales (2006) na Bolívia, Michelle Bachelet (2006) no Chile, Rafael Correa (2007) no Equador, Daniel Ortega (2007) na Nicarágua, Fernando Lugo (2008) no Paraguai ou ainda Ollanta Humala (2011) no Peru, as novas lideranças regionais modificaram o perfil dos atores internos envolvidos no processo decisório de política exterior (RIGGIROZZI, 2012, p. 131-133).

Nesse mesmo contexto, percebe-se um debate, especialmente nos meios de comunicação, sobre a estabilidade democrática nos países da América do Sul. O caso aqui discutido diz respeito ao então presidente paraguaio Fernando Lugo, que sofreu, em junho de 2012, um *impeachment*. O seu processo de destituição foi resultado de um desenrolar político que teve início desde a sua subida ao poder, em 2008, e se deu de forma incrivelmente rápida, no que o próprio chamou de “Golpe de Estado *Express*”³. O ex-presidente era representante dos setores progressistas paraguaios e seu governo pôs fim a mais de seis décadas de dominação do Partido Colorado⁴ no país.

O Paraguai, vale ressaltar, não é um caso isolado na região. Outros Estados sul-americanos sofreram na última década os chamados golpes brancos, golpes de Estado expressos, golpes parlamentares, ou ainda, processos de “neogolpismo”⁵. Nesse âmbito, encontram-se as (tentativas de) deposições de Jamil Mahuad, no Equador, em 2000, de Hugo Chávez, na Venezuela, em 2002 e de Rafael Correa, também no Equador em 2010. Pode-se também incluir na análise a América Central e o Caribe, remontando nesse caso

³ TELESUR. “Fernando Lugo: ‘Esto es un golpe de Estado express?’”. Disponível em: <<http://www.telesurtv.net/articulos/2012/06/21/fernando-lugo-es-un-golpe-de-estado-express-2684.html>>. Acesso em: 21 jul. 2014.

⁴ A Associação Nacional Republicana (ANR), popularmente conhecida como Partido Colorado, esteve no poder desde a sua fundação em 1887 até 1904. Voltou ao poder paraguaio em 1946, permanecendo até 2008, quando Fernando Lugo, representante da Aliança Patriótica para a Mudança (APC), obteve êxito no pleito.

⁵ O “novo golpe” é formalmente menos violento, é liderado por civis (com o apoio implícito ou cumplicidade explícita dos militares), mantém certa aparência institucional, não envolve necessariamente uma grande potência e tem como objetivo resolver, pelo menos inicialmente, um impasse político ou social potencialmente destrutivo.

os golpes em Jean-Bertrand Aristide no Haiti em 2004 e em Manuel Zelaya, de Honduras, em 2009.

Em meio a essa conjuntura, ressalta-se que o caso hondurenho⁶ foi um marco para a diplomacia brasileira dentro de suas aspirações à líder latino-americano ao buscar mediar o processo de deposição presidencial. Não obstante, o Haiti também se apresenta como um centro de interesse político internacional para o Brasil, tendo em vista que desde 2004 o país mantém tropas na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah), fruto de uma evidente aspiração brasileira em obter um assento permanente no Conselho de Segurança (CS-ONU), em uma eventual reforma desse. Outrossim, é interesse brasileiro conquistar um maior protagonismo no cenário internacional e uma participação mais ativa na agenda multilateral, aprofundando sua participação em ações de cooperação, bem como na promoção e no estabelecimento de uma democracia e de uma governança global.

Desse modo, a propositura metodológica da pesquisa está fundamentada em uma perspectiva qualitativa, com investigação exploratória, de fundamentação bibliográfica e documental, apoiada na leitura de periódicos regionais e, em menor medida, de fora da região.

Enquanto o item 2 desse artigo traz uma exposição da primazia brasileira pela integração dos espaços regionais, o item 3 busca analisar as transformações do conjunto latino-americano no primeiro decênio do século XXI. Nesse contexto, o item 4 busca apresentar a criação da Unasul e as transformações que ela trouxe para a região, analisando ainda suas aproximações e dissonâncias quanto aos modelos integracionistas observados anteriormente no continente americano.

A análise acerca da atuação diplomática brasileira no caso paraguaio serve como plano de fundo para o debate teórico e conceitual presente no item 5, que versa sobre a ideia de liderança regional e como se dão as aspirações da política externa brasileira com seus vizinhos.

Diferentes níveis de atuação da diplomacia brasileira podem ser visualizados nos processos de “neogolpismo” supracitados, entre os anos 2000 e 2012, que tem seu ápice

⁶ No dia 28 de junho de 2009, o então presidente de Honduras, Manuel Zelaya, foi derrubado. Os militares invadiram a residência oficial de Zelaya, detiveram-no e levaram-no para a Costa Rica, país vizinho. Logo depois, o presidente do Congresso, Roberto Micheletti, assumiu como presidente de fato. Em análise para o jornal argentino “Página 12”, Tokatlian (2009) afirma que os golpistas da poderosa coalizão cívico-militar formada em Honduras aprenderam as lições da Venezuela e do Haiti: preservaram o funcionamento do Legislativo e do Judiciário e expulsaram do país o presidente constitucional em exercício.

na concessão de refúgio ao ex-presidente hondurenho Manuel Zelaya na Embaixada Brasileira em Honduras no ano de 2009, ação diplomática bem mais assertiva do que o não tão claro posicionamento quanto ao golpe paraguaio de 2012, sendo esse o ponto de discussão do item 6.

Dito isso, este trabalho não visa questionar a legitimidade da atuação do Congresso paraguaio, nem ir a fundo dentro dos interesses políticos nacionais que levaram a deposição de Fernando Lugo. Porém, é a partir do estudo analítico da relação entre o Brasil e os processos de integração regional existentes no contexto sul-americano, bem como das relações Brasil – Paraguai, especialmente durante e após a crise de 2012, que se buscará identificar como o Brasil se comporta considerando suas expectativas e estratégias em vista de aumentar sua projeção regional.

2 O BRASIL VOLTADO PARA A INTEGRAÇÃO REGIONAL

A integração regional com a América Latina é um imperativo constitucional para o Brasil, disposto no artigo 4º, parágrafo único: “A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações” (BRASIL, 1988).

[A América Latina] é a única região do mundo em desenvolvimento onde todos os governantes são democraticamente eleitos. Não apenas isso: apesar dos desafios e eventuais rupturas de ordem democrática, que esperamos sejam sanadas com a brevidade possível, todos os governos procuram reduzir as desigualdades, promover o progresso social, o que, por sua vez, é um elemento de aperfeiçoamento da democracia na medida em que historicamente, como todos sabemos, amplos segmentos das sociedades sul-americanas eram excluídos da possibilidade de participar mais ativamente das decisões políticas (PATRIOTA, 2014, p. 31).

As relações brasileiras com a América do Sul são historicamente marcadas por afinidades e diferenças, passando por fases de isolamento, boa vizinhança e protagonismo regional. Porém, foram arquitetadas pela condição de engajamento da diplomacia brasileira, diante da concepção de que a presença estadunidense na região diluía o papel de relevo do Brasil (CERVO; BUENO, 2010, p. 486-488).

A confiança mútua engendrada nas relações com a Argentina recuperou a ideia de Rio Branco de liderar a América do Sul em sintonia com esse vizinho maior, se possível. Desde o início da

década de 1990, o Brasil traçou uma estratégia regional que permaneceria invariável: reforço do Mercosul com convergência política entre Brasil e Argentina e organização do espaço sul-americano com autonomia perante os Estados Unidos (CERVO; BUENO, 2010, p. 486).

Assim, a longa e pouco coesa relação dos Estados Unidos da América com a América Latina ganhou um novo capítulo com a Doutrina Bush. A prioridade da agenda de política externa dos EUA se deslocou para o Oriente Médio depois dos ataques de 11 de setembro. Além de questões de segurança internacional, marcadas pela invasão do Iraque e do Afeganistão, os EUA tiveram de lidar, desde 2008, com uma crise financeira, oriunda do setor imobiliário. Dessa forma, a América Latina começou a viver um período de transição política, repensando prioridades e estabelecendo novos desafios (SERBIN, 2012, p. 9-16).

Além desse fator externo, cabe considerar que no âmbito interno da América do Sul, o processo de integração latino-americano foi historicamente impulsionado, no começo dos anos 1980, pela inserção econômica internacional através do neoliberalismo. Esse paradigma, denominado de regionalismo aberto, foi caracterizado pela liberalização multilateral de mercados⁷ intrarregionais e inter-regionais. O fracasso das reformas econômicas na década de 1990 e o descrédito das políticas econômicas latino-americanas tradicionais contribuíram para uma revisão mais crítica do modelo econômico vigente. Dessa forma, diante de demandas internas por melhorias sociais, governos progressistas emergiram e se apoiaram em uma revisão crítica do neoliberalismo, denominada por Serbin (2012) de paradigma pós-neoliberal. Essa perspectiva, expressa na Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (Alba) e na União de Nações Sul-Americanas (Unasul), está fundamentando projetos latino-americanistas, articulados fora do escopo estadunidense, o que tem garantido liberdade para uma revisão crítica do modelo de integração neoliberal. Considera-se, portanto, que é a partir desse momento que a multipolaridade na região começa a se consolidar, em detrimento da unipolaridade e da hegemonia dos EUA, em um paradigma anti-imperialista (SERBIN, 2009, p. 4-8).

No Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-), ambos eleitos pelo Partido dos Trabalhadores (PT), se projetaram como novas lideranças, através de propostas de fortalecimento do Estado, com o objetivo proeminente de reduzir

⁷ Tipos de integração econômica: área de livre comércio; união aduaneira; mercado comum e união monetária (HERZ; HOFFMANN, 2004, p. 170).

as assimetrias sociais causadas por políticas de privatizações globalizantes e neoliberais da década de 1990. Esse reposicionamento político foi adotado não só pelo Brasil, mas por outros países da região, tendo-se em vista que o rechaço latino-americano ao projeto da Área de Livre Comércio das Américas⁸ (Alca) e a aposta em novos processos de integração regional foram fortalecidos em função da convergência ideológica com os países vizinhos (PEDROSO, 2013, p. 333).

Por fim, sabe-se que a política externa brasileira vem sendo guiada por dois eixos estratégicos importantes: o eixo regional, representado pela América do Sul, que o garantiria sua projeção regional; e a perspectiva global, com ênfase no multilateralismo e nos arranjos mundiais, com projeção a emergente. Porém, depois da crise financeira de 2008, o Brasil imprimiu na sua política externa certo distanciamento da Europa e dos Estados Unidos, na busca de estreitar laços com os países latino-americanos e com as potências emergentes, principalmente através dos BRICS⁹, apontando sinais do que seria uma maior autonomia com relação às potências tradicionais, diversificando parcerias e fortalecendo instituições regionais, a exemplo do Mercado Comum do Sul, o Mercosul, e da Comunidade de Estados Latino-Americanos e do Caribe, a Celac (PECEQUILO, 2008, p.136; PEDROSO, 2013, p. 320-327).

3 A AMÉRICA LATINA EM TRANSIÇÃO

A deterioração social e econômica, causada pela adesão acrítica da América Latina às políticas neoliberais, contribuiu para que novas lideranças assumissem o compromisso de promover alternativas que permitissem reparar os danos causados pelas políticas globalizantes de privatização e de liberalização dos mercados, em outras palavras, essas lideranças populares ou neopopulistas se comprometeram a reduzir a pobreza e a exclusão, a partir da valorização do local, em detrimento do global (DUPAS e OLIVEIRA, 2008, p. 235-236). Cabe, portanto, recuperar o caminho que proporcionou essa revisão crítica dos países latino-americanos.

Complementar ao Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), à Organização Mundial de Comércio (OMC) e ao Consenso de Washington, o regionalismo neoliberal tinha como principal promessa o desenvolvimento da América Latina. Contudo, com as

⁸ Projeto rejeitado durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, durante a *Cumbre de las Américas*, em Mar del Plata, na Argentina, em 2005.

⁹ BRICS é um acrônimo de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

crises econômicas na região, a crença nesse modelo diminuiu. Caracterizado como um projeto estadunidense, o regionalismo aberto culminou na ampliação da dependência econômica dos países latino-americanos. A abertura dos mercados, proposta pelo Mercosul, pela Comunidade Andina das Nações (CAN) e pelo projeto¹⁰ da Alca, gerou na região crises econômicas e maiores assimetrias sociais dentro dos países¹¹, fazendo com que esse ciclo de regionalismo fosse bastante criticado (HERZ, 2004, p. 175). Recordar-se ainda, que em função de um passado colonialista de exploração, o pensamento social e político latino-americano esteve engendrado no questionamento sobre dependência externa e distribuição desigual de riquezas. Entre 1987 e 1998, a porcentagem da população que sobrevivia com menos de um dólar por dia aumentou de 22% para 23,5%¹². Essa conjuntura contribuiu para a automática associação do neoliberalismo¹³ ao subdesenvolvimento latino-americano (AYERBE, 2002, p. 9-16).

Assim, as crises financeiras no final da década de 1990¹⁴, somadas às assimetrias sociais, contribuíram para o surgimento de governos progressistas, que redimensionaram a postura da América Latina frente a alguns tópicos da agenda (SIMONETTI, 2010, p. 221-232). Inclusive, Ayerbe (2008) percebe a ascensão de Hugo Chávez e de Evo Morales às presidências da Venezuela e da Bolívia, respectivamente, como demonstrações dessa reação política.

De acordo com Casteñeda (2006), há três motivos para a emergência de governos progressistas na América Latina: 1) com o fim da Guerra Fria, a esquerda da região não é mais considerada um seguimento da União Soviética, dessa forma, a tensão com a oposição política é amenizada; 2) as eleições democráticas são o meio para se chegar ao poder, tornando as realizações sociais dos governos legítimas; 3) com a ampliação das desigualdades do neoliberalismo, as massas votam em quem poderia

¹⁰ O projeto foi lançado em 1994, mas não se concretizou.

¹¹ A instabilidade, causada por crises e por recessões financeiras, produzem efeitos sociais diretos, que se relacionam com o desemprego. Os efeitos da globalização da economia mundial podem, então, sofrer restrições (NYE, 2009, p. 250).

¹² Essa porcentagem representa em números populacionais um salto de 91 para 110 milhões de pessoas (AYERBE, 2002, p. 12).

¹³ Do ponto de vista econômico, o neoliberalismo não revitalizou o capitalismo. No aspecto social, o modelo logrou êxito, pois conseguiu atingir um de seus objetivos: reduzir gastos sociais e, em consequência, criar desigualdades. Do ponto de vista ideológico, atingiu louros jamais imaginados pelos seus fundadores, transformando-se em um fenômeno hegemônico (ANDERSON, 1995, p. 9-23).

¹⁴ A crise econômica da Argentina é um dos exemplos mais significativos. A insatisfação popular gerou protestos conhecidos como *panelaços*, que culminaram na renúncia do então presidente Fernando de la Rúa.

amenizar as assimetrias sociais, o que se configura atualmente como projeto de governo de partidos voltados à esquerda.

Esse reposicionamento político foi adotado como uma tentativa de romper com as imposições políticas e econômicas das potências à região, na busca de uma postura mais ativa e autônoma da América Latina no cenário internacional, tendo em vista que os Estados Unidos continuam a exercer grande influência na região, por meio, especialmente, de acordos bilaterais e de instituições internacionais, a exemplo da Organização dos Estados Americanos (OEA) e do Fundo Monetário Internacional (FMI).

De todo modo, a primeira década do século XXI configura uma América Latina desprendida do eixo prioritário dos EUA e em contrapartida, os governos do Brasil, com seu desenvolvimento econômico, e da Venezuela, com sua estratégia militar, fortaleceram suas atuações como as principais lideranças da América Latina (SERBIN, 2009, p. 4-8).

A atribuição aqui feita aos mandatários dos países como responsáveis pela alteração dos rumos das políticas exteriores de alguns governos latino americanos se dá pelo baixo grau de envolvimento de outros grupos políticos nacionais nos temas de política externa. Sabe-se que esse tema não costuma ser abordado nas campanhas eleitorais da região, logo, depreende-se que as possíveis alterações nesse traço político de um governo não alterariam a preferência popular por um candidato, ou seja, mesmo quando alguns tópicos da agenda diplomática são debatidos em períodos eleitorais, não são caracterizados como elementos determinantes de voto. Essa baixa relevância no âmbito doméstico é atribuída ao comportamento pacífico do Legislativo em temáticas de política externa (ONUKI; OLIVEIRA, 2006, p. 145-155).

Foi a partir desse cenário de convergência ideológica que os países da América do Sul passaram a articular melhor suas agendas de política externa. Essa transformação repercutiu nos processos de integração regional que passaram a valorizar o crescimento econômico como um elemento capaz de reduzir os elevados índices de desigualdade social, herdados das políticas neoliberais. Vale ressaltar que essa emergência não rompeu com as diretrizes do neoliberalismo, mas apontou para novas alternativas, em graus diferenciados. Brasil, Argentina e Chile não se apartaram do neoliberalismo na mesma

proporção que Venezuela, Bolívia e Equador¹⁵ o fizeram. São projetos diferenciados, porém aderiram, em certo aspecto, a preceitos do neodesenvolvimentismo¹⁶ e do neopopulismo¹⁷.

Segundo Chaves (2010), a Bolívia se conforma como bom elemento de análise do contexto regional devido às crises recentes que passou e a atenção que elas receberam, inclusive dentro da Unasul, a saber: a política de erradicação da coca¹⁸ e a guerra da água¹⁹, durante o governo de Hugo Banzer (1997-2001); e as revoltas populares contra a construção do gasoduto para o Chile, com o objetivo de exportar o gás natural para os EUA, durante o governo de Sánchez de Lozada (2002-2003). Com a criação da Unasul, em 2008, a Bolívia foi tema da primeira gestão de crise da região no âmbito institucional. Apesar das hesitações de Evo Morales em ceder parte de sua soberania, diante de uma instituição baseada na integração, a crise com relação às disputas²⁰ pelo gás natural chegou a um ponto crítico e foi levada a então recém-criada instituição, em uma reunião de emergência no dia 15 de setembro de 2006, em Santiago do Chile. Essa participação institucional na mediação de crises a favor do governo de Evo Morales é um reflexo da

¹⁵ Os olhares dos países de centro demonstraram maior preocupação com as políticas domésticas e com o comportamento internacional desses países andinos, principalmente porque eles são detentores de grandes reservas energéticas, a exemplo do petróleo e do gás.

¹⁶ O neodesenvolvimentismo é tido como uma “terceira via”, fora tanto do nacional-desenvolvimentismo quanto do neoliberalismo, dentro de um projeto de desenvolvimento que visa elevar ao mesmo padrão dos países desenvolvidos os patamares locais de consumo, renda, inovação e produção. A proposta visa a concretização de um Estado forte e de um mercado igualmente forte, identificando o período desenvolvimentista como falho por trazer a concepção de Estado forte e mercado fraco, bem como o período neoliberal, com mercado forte e Estado fraco (TRASPDINI e MANDARINO, 2013).

¹⁷ O neopopulismo tem como elemento fundamental a presença de um líder que permita uma identificação carismática com os cidadãos. Reforça-se a equidade social por meio da promoção dos setores básicos como educação, saúde e moradia. As lideranças que estão no poder não atuam como agentes dos interesses transnacionais, mas como atores prioritários do desenvolvimento daquele país (BAQUERO, 2010).

¹⁸ Os camponeses cultivadores de coca protestaram contra a medida de erradicação do cultivo da coca, uma vez que o consumo de coca é vinculado às tradições culturais indígenas. Os chás e a mastigação da folha de coca aliviam os efeitos da altitude, de tal forma que contribui para a adaptação a altitude boliviana que atinge 3 mil metros. O uso tradicional da coca não poderia então ser confundido com a utilização da folha de coca, geralmente oriunda de plantações ilegais, como matéria prima para drogas, em especial a cocaína.

¹⁹ Revoltas populares contra a privatização de água, em Cochabamba, no ano 2000, geraram crises políticas e foi declarado o estado de sítio pelo presidente Hugo Banzer. Para saber mais, veja: BID. Quem ganhou a guerra da água?. Disponível em: <<http://www.iadb.org/idbamerica/index.cfm?thisid=3539>>. Acesso em: 8 jan. 2014.

²⁰ A guerra do Gás foi um conflito entre as forças policiais e militares do governo central e os grupos políticos da região conhecida como meia-lua, departamentos de Beni, Pando, Tarija e Santa Cruz, ricos em gás natural. As discordâncias sobre a autonomia dos departamentos na aplicação dos impostos arrecadados com o gás e sobre a privatização da produção nacional começaram em 2003 e se ampliaram, gerando instabilidade democrática e suspeita de Golpe de Estado. O conflito atingiu caráter internacional, quando houve interrupção na distribuição do gás para o Brasil e para a Argentina. Com o aumento das tensões, o caso foi debatido no âmbito da Unasul e a instituição se posicionou a favor do governo de Evo Morales (CHAVES, 2010, p. 15-39).

confiabilidade e da credibilidade que foram geradas em seu comportamento nos foros regionais (CHAVES, 2010, p. 123, 161-164).

Acredita-se, portanto, que as articulações da Unasul iniciaram um novo ciclo da integração regional, pautado no pós-neoliberalismo. As estratégias regionais, fundamentadas na proximidade geográfica, histórica, social, político e cultural, passaram a representar os reais interesses dos Estados, em defesa dos interesses nacionais²¹ (SANAHUJA, 2008, p. 11-53).

Impulsionado por governos progressistas, principalmente, pela Venezuela, os projetos alternativos ganharam fôlego, na busca de maior autonomia. Essa independência regional tem se baseado em duas expressões: Alba²² e a Unasul. Concatenado com a premissa de emergência de governos progressistas e os novos pressupostos políticos fundamentado em uma crítica ao paradigma neoliberal, a Unasul caracteriza-se como uma alternativa de processo de integração regional e foi, por exemplo, a instituição política a qual os chefes de Estado da região recorreram para se manifestar contra o incidente ocorrido com o avião presidencial de Evo Morales, em julho de 2013 (Unasul, 2013).

No item a seguir, se discutirá o processo de criação da União Sul-Americana e sua conformação institucional.

4 A EMERGÊNCIA DA UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS

A Unasul foi formalizada em 2008, mas suas origens remontam ao início da década. Durante a *I Cumbre de Presidentes Sudamericanos*, em 2000, aos auspícios da liderança do então presidente brasileiro, Fernando Henrique Cardoso, o projeto começou a ser discutido, porém somente em 2004, em Cusco, no Peru, durante a *III Cumbre de Presidentes Sudamericanos*, o projeto foi formalmente estabelecido através da

²¹ O debate entre nacionalismo e regionalismo não é novo, mas a perspectiva aqui adotada é a do neonacionalismo, que se baseia no ganho de autonomia, não contra o fechamento da economia, mas através do incentivo das exportações, tendo o Estado fortalecido como instrumento de uma maior competitividade no cenário internacional.

²² A Alba é um projeto alternativo de integração regional, em construção, protagonizado pela Venezuela, em clara oposição a Alca, que se inspirava no *trade not aid*, ao passo que a Alba se articulou na ideia de troca, não na de livre comércio. O projeto é alicerçado em um discurso claramente anti-globalizador e anti-estadunidense, inserindo-se no paradigma do regionalismo pós-neoliberal. O propósito é não se comprometer em servir ao imperialismo nem às oligarquias nacionais, sendo direcionado ao desenvolvimento econômico dos setores sociais dos povos latino-americanos. (ALTMANN, 2008, p.1-7) Alguns esforços já estão sendo concretizados, a exemplo da Telesur, dos *proyectos de las grannacionales* (PG) e das *empresas grannacionales* (EG), da Petrocaribe e do Banco do Sul.

Declaração de Cusco, que deu origem à Comunidade Sul-Americana de Nações (Casa) e estabeleceu os seus princípios²³ e principais objetivos, a saber: a convergência entre o Mercosul e a CAN; a integração física; e a cooperação política (BRICEÑO RUIZ, 2010, *apud* RIGGIROZZI, 2012, p. 143).

Segundo Nafalski (2010), apesar de existir consonância de interesses entre os países da região no tocante ao fortalecimento da integração regional, o projeto Casa/Unasul gerou discordância entre Brasil e Venezuela quanto à efetividade e à implementação. O debate foi importante para redesenhar os propósitos do projeto. A Venezuela, que demonstrou ter influência sobre Bolívia, Equador e Argentina, resistiu ao projeto brasileiro, por não perceber um posicionamento firme à esquerda. Porém, com as descobertas do pré-sal, somadas ao poder econômico e ao pragmatismo diplomático brasileiro, a concretização da Unasul ganhou apoio regional. Contudo, essas divergências fizeram com que Hugo Chávez se distanciasse do projeto brasileiro e liderasse, paralelamente, a criação da Alba, em 2004 (BRICEÑO RUIZ, 2010, *apud* RIGGIROZZI, 2012, p. 144).

Em maio de 2008, a Casa deixou de existir para dar lugar à Unasul, que tem adquirido importância geoestratégica. Compreende um território de 17.658 km², tem aproximadamente 380 milhões de pessoas, dentre as quais 18 milhões tem vínculo com algum povo originário, e seu PIB, em 2008, foi de 2,9 bilhões de dólares, o que corresponde a 5,6% do PIB mundial²⁴. A ideia de união transformou esse projeto integrativo sub-regional em algo ambicioso, uma vez que a palavra “unir” significaria “junção das partes”, em uma perda relativa de soberania. O que a torna diferente de outros projetos é a perspectiva da política nacional, uma vez que os presidentes que firmaram esse acordo de união são diferentes dos anteriores, que priorizaram políticas neoliberais em seus países. A proposta é mais ampla que mera transação comercial, dando maior espaço para movimentos e para organizações sociais. Essa perspectiva fica

²³ O novo modelo de integração foi fundamentado em seis princípios, a saber: (1) solidariedade e cooperação, na busca de maior equidade social e de multilateralismo; (2) soberania e da autodeterminação dos povos; (3) manutenção da zona de paz, através da solução pacífica de controvérsias; (4) democracia e pluralismo para valorizar os direitos humanos dos povos originários, dos afrodescendentes e dos imigrantes, respeitando os movimentos sociais e as organizações da Sociedade Civil; (5) universalidade e indivisibilidade dos Direitos Humanos²³; e (6) preservação ambiental, para garantir o desenvolvimento regional (CSA, 2010, p. 28-31).

²⁴ Dados do Fundo Monetário Internacional (FMI) de 2008.

nítida com o aumento significativo, desde o começo do século XXI, dos gastos sociais dos Estados, visando o bem-estar da população (CSA, 2010, p. 35-75).

Em seu Tratado Constitutivo²⁵, criado em 2008, na Reunião Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo, nas suas cláusulas preambulares, fica clara a intenção de lutar pela emancipação das unidades sul-americanas. No Artigo 19, fica explícita a proposta anti-hegemônica da Unasul, uma vez que apenas Estados da América Latina e do Caribe poderão se associar à organização. De forma prática, a instituição demonstrou atuação política enfática nas crises da guerra do gás na Bolívia (2008), na insurreição policial envolvendo Rafael Correa, no Equador (2010), no *impeachment* de Fernando Lugo no Paraguai (2012), caso a ser desenvolvido e discutido no item a seguir, no rechaço ao embargo aéreo europeu de Espanha, França, Itália e Portugal ao avião presidencial de Evo Morales (2013) e no apoio ao governo de Nicolas Maduro, durante os protestos de extrema direita, comandados por Leopoldo López (2014).

Não obstante, a Unasul, diante da supracitada proposta de convergência entre o Mercosul e a CAN, também se articula através do regionalismo aberto, típico da década de 1990, porém estipula um novo objetivo: o de fortalecer a instituição para além das questões comerciais, primando pela autonomia política com relação às potências, o que justificaria a prioridade na criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS-Unasul), reforçando o interesse em limitar a interferência de países de fora da região (RIGGIROZZI, 2012, p. 144).

Essa nova liderança multipolar da Unasul é vista como uma alternativa política à Organização dos Estados Americanos (OEA), posto que a presença dos Estados Unidos, de certa maneira, coage o comportamento dos Estados integrantes. Em três diferentes momentos históricos distintos, a OEA permitiu a intervenção unilateral estadunidense na região, a exemplo da Invasão da Baía dos Porcos, em 1961, da intervenção militar na República Dominicana, em 1965, e das invasões a Granada e ao Panamá, em 1983 e 1989, respectivamente. Tais casos são exemplos do destaque que os Estados Unidos têm por negociar bilateralmente, o que enfraquece a estrutura multipolar da OEA. Assim, a União Sul-Americana apresenta-se como uma opção multilateral à histórica

²⁵ O Tratado Constitutivo entrou em vigor em 2011 e foi inspirado nas Declarações de Cusco de 2004 e de Cochabamba de 2005 (CSA, 2010, p.35). A Unasul é formada por: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname, Uruguai, Venezuela e Paraguai. Panamá e México participam como membros observadores e poderão, futuramente, integrar a comunidade.

preponderância estadunidense na região, no entanto, ainda é preciso fundamentar sua institucionalidade para sobreviver em longo prazo (SERBIN, 2009, p. 4-7).

5 O BRASIL FRENTE A UMA AMÉRICA DO SUL QUE SE TRANSFORMA

Conforme o que já foi explicitado anteriormente, ao analisarmos o último decênio do contexto sul-americano, verificar-se-á um padrão de características nos processos de transição de governos de direita com tendências neoliberais dos anos 1990 para novas lideranças políticas e alternativas, quase sempre de caráter progressista (AYERBE, 2008, p. 9-13). Tal fenômeno foi visto em países como a Bolívia, o Equador, a Venezuela e o Brasil. Em todos estes, a transformação do *status quo* se deu de forma pacífica e democrática, em um período, como já foi dito nos itens anteriores, no qual se observou a alteração dos rumos da política externa dos Estados Unidos. Assim, voltados para o Oriente Médio, os Estados Unidos teriam, ainda que de forma velada, mas insistentemente, sugerido que o Brasil assumisse o papel de líder regional, garantindo assim uma almejada estabilidade na América do Sul. Entretanto, Lima (2012, p. 3) defende que desde o governo Lula (2003-2010), o Brasil tem se recusado, ou ao menos não tem obtido êxito, ao desempenhar este papel.

A pretensão hegemônica nunca se configurou como elemento basal da política externa brasileira, sempre houve uma busca pela influência compartilhada, seja com Argentina e Chile no remoto Pacto ABC²⁶ até mesmo o Mercosul e, mais recentemente, a Unasul, projeto de integração que, como já foi dito, recebeu grandes esforços do governo brasileiro para que se tornasse realidade. Inclusive, o avanço institucional por parte da União Sul-Americana e êxitos como a sua atuação durante o processo neogolpista no Paraguai reforça a União enquanto grupo, chegando até a ofuscar a imagem hegemônica e imperialista que alguns países possam ter do Brasil (GALVÃO, 2009, p. 74).

A partir da compreensão de que a liderança é construída e não determinada ou adquirida a partir de qualquer método impositivo (GEHRE, 2009, p. 73), depreende-se porque a diplomacia brasileira raramente menciona de forma explícita a sua aspiração pela liderança regional, haja vista que o uso de tal terminologia poderia soar mal junto

²⁶ Oficialmente chamado de “Pacto de Não Agressão, Consulta e Arbitragem”, data do ano de 1915 e a sigla remonta às iniciais dos três países signatários, Argentina, Brasil e Chile. Foi idealizado como resposta à crescente influência dos Estados Unidos na região, visando estabelecer mecanismos de consultas entre os três países.

aos parceiros da América do Sul. Por outro lado, os termos “presença” e “prestígio”²⁷ são mais recorrentes no discurso brasileiro.

Historicamente, o Brasil evita o envolvimento em situações conflituosas, promovendo a chamada “cordialidade oficial” em sua diplomacia, especialmente com os vizinhos sul-americanos. Cervo (2008, p. 204) entende a cordialidade oficial como um “padrão de conduta aplicado ao trato conferido pelo governo a seus vizinhos” e afirma que ela “corresponde a uma invenção do pensamento diplomático brasileiro, cujas raízes foram lançadas em tempos remotos”. O próprio Barão do Rio Branco afirmou que a grandeza territorial do Brasil garantia respaldo regional e que o princípio basilar no relacionamento com os vizinhos sul-americanos deveria ser a “cordial simpatia” (GALVÃO, 2009, p. 72).

A cordialidade oficial construiu-se como um fator importante na conduta da política externa brasileira, já que as dimensões do Brasil, seja na superioridade econômica, tecnológica e, claro, territorial, poderiam gerar um aprofundamento das assimetrias regionais (CERVO, 2008, p. 202). Inclusive, o chamado “baixo perfil”²⁸ da diplomacia brasileira com os seus parceiros regionais advém do paradigma da cordialidade.

Bueno (2002, p. 361), a partir dos escritos do Barão, averigua que já havia “a concepção de um Brasil diferenciado no espaço latino-americano”, ou seja, seria ele o país chamado a exercer o papel de liderança na região. Não obstante, ainda nos anos 1900 se verificava um cenário muito parecido com a conjuntura atual: uma América hispânica sinalizando desconfiança e preconceito para um Brasil que almejava conquistar afeto e confiança regional. Ainda que de forma breve, Galvão define liderança como:

Disposição de uma potência de representar os interesses de outras nações, guiar um grupo de países de acordo com grandes

²⁷ O teórico inglês Martin Wight (2002, p. 88-89) encara o prestígio como fator imponderável da política internacional, estando intimamente ligado à ideia de poder. Assim, o prestígio ou a liderança não seria apenas um elemento reconhecido por outros atores internacionais, podendo também ser reafirmado por eles. O autor expoente da Escola Inglesa acredita que tal reafirmação pode se dar “sabiamente ou sem sabedoria, dependendo da existência ou não da necessidade de fazê-la”, ou seja, a percepção de um país acerca do momento em que ele deve exercer sua liderança é determinante no processo de aquiescência de prestígio e de respaldo internacional. Por fim, Wight (2002, p. 87) liga ainda a ideia de prestígio à ideia de “honra”. A diferença verificada pelo autor é que a honra gira em torno dos interesses vitais do Estado, enquanto que o prestígio tem o poder como centro.

²⁸ O paradigma da cordialidade oficial faz com que o Brasil se mostre menor do que realmente é no trato com seus vizinhos, tornando a diplomacia brasileira “disposta a suportar gestos grandiloquentes ou a empáfia permanente de um ou outro governo” (CERVO, 2008, p. 205).

objetivos de política exterior, identificar e agir sobre desafios e oportunidades na arena internacional e mediar conflitos e desentendimentos entre os agentes da sociedade internacional (GALVÃO, 2009, p. 73).

Contudo, o autor afirma ainda que três são os elementos que podem desconstruir o conceito de liderança, quais sejam: a visão do outro ator sobre o país que almeja liderar, a vontade do próprio país de desempenhar o papel de líder e a objetivação de meios para que se possa liderar (GALVÃO, 2009, p. 74).

A percepção do outro se constitui como elemento de suma importância quando se fala em liderança regional, já que tal conceito pode se confundir facilmente com o de hegemonia, que traz consigo um tom bastante negativo, em especial no tocante a países em desenvolvimento. Isso porque “a liderança não se exerce exclusivamente por meio de ameaças e incentivos, mas por um processo de ‘sociabilização’ e transformação das ideias dos agentes de determinado arranjo social” (GALVÃO, 2009, p. 73). Assim, ao se tratar dos meios de liderança, deve-se verificar a capacidade de um país de exercer a vinculação dos elementos tradicionais de poder com os conceitos de *hard power*, *soft power* e *smart power*²⁹.

Cervo (2008, p. 217) acredita que o posto de liderança não é assumido pelo Brasil por não avançar em projetos inter-regionais, com alcance e interesse efetivo para seus vizinhos. Em breve análise sobre o contexto sul-americano no início de 2008, Cervo afirma que:

Hugo Chávez, fazendo valer os recursos do petróleo, toma a dianteira, na percepção de certos governos. Evo Morales nacionaliza o setor de hidrocarbonetos e surpreende a Petrobras e outras empresas brasileiras que lá investem. Nicanor Duarte aproveita para requisitar a revisão de preços da energia gerada em Itaipu. Tabaré Vázquez sonha com acordo de livre comércio entre Uruguai e Estados Unidos. Nestor Kirchner, enfim, ironiza a liderança procurada, porém vazia do Brasil na região. Lula compensa essa insuficiência brasileira com o capital político que pessoalmente representa perante os vizinhos, entretanto, apenas

²⁹ Sucintamente, o *Hard Power* (ou Poder Duro) trata da capacidade de um país atingir objetivos determinados por meio da coerção pela força física ou pela influência econômica, recorrendo quase sempre à força militar. Já o *Soft Power* (ou Poder Brando) é a capacidade de se obter os resultados almejados por meio da atração e da persuasão, o que implica na adoção de princípios estratégicos que combinam elementos simbólicos ou culturais com valores políticos ou ideológicos. Por sua vez, o *Smart Power* (ou Poder Inteligente) visa à adoção de medidas estratégicas inteligentes que possam combinar harmonicamente elementos do *Hard* e do *Soft Power*, obtendo-se assim resultados mais eficazes e bem sucedidos. (BRITO, 2010; NYE JR, 2009; PINTO, 2011).

de simpatia não se fazem consistentes e duradouras relações regionais (CERVO, 2008, p. 217).

Depreende-se, portanto, que a emergência sequencial de governos com viés esquerdista na América do Sul não reforçou a construção da ideia do Brasil enquanto líder regional. Cervo (2008, p. 218) sustenta ainda que os traços históricos específicos que os países da região carregam fizeram com que a esquerda adquirisse características particulares em cada Estado, de acordo com seus problemas e desafios, não se conformando como um apoio logístico uniformizador que pudesse vir a criar um polo regional de poder.

6 A ATUAÇÃO BRASILEIRA NA CRISE POLÍTICA DE 2012 NO PARAGUAI

Após todo o exposto, percebe-se um descompasso entre a atuação brasileira a nível multilateral e a atuação no âmbito bilateral, como na crise política vivida pelo Paraguai em 2012. A atuação mais assertiva do Brasil em outras situações semelhantes foi o elemento motivador para estudo e análise desse caso em particular. Ainda que a deposição parlamentar de Fernando Lugo seja questionada, ela transcorreu dentro dos processos legais e constitucionais previstos pelo Paraguai. O ponto a ser analisado com esse processo diz respeito aos seus reflexos no contexto sul-americano e, sendo o Brasil um dos países mais importantes da região para os paraguaios, questiona-se como a atuação da diplomacia brasileira pode ter reforçado ou não suas aspirações de liderança.

A importância do Paraguai para o Brasil reside em vários elementos: o gigante da América do Sul detém o maior volume de interesses econômicos, energéticos e geopolíticos do pequeno guarani, podendo ser analisados a indispensável usina hidrelétrica de Itaipu, o comércio bilateral superavitário, além de um ponto delicado, porém contundente nas relações entre Brasil e Paraguai: a presença de uma comunidade de aproximadamente 400 mil pessoas, tamanho bastante expressivo para o Paraguai, os chamados “brasiguaios” (LIMA, 2012). Esses fatores já se configurariam como motivos suficientes para que o Brasil tivesse desempenhado um papel relevante durante o encaminhamento do processo político paraguaio, além de se tratar de um país em que já se verifica uma forte influência brasileira há muito tempo, tendo um laço histórico forte no que tange às relações bilaterais.

Seja por conta de sua localização territorial, encravada no centro-sul do continente, tendo como vizinhos Brasil, Bolívia e Argentina, seja pelos seus imensos

reservatórios de água doce, o aquífero guarani, seja ainda pelas suas fontes energéticas, merecendo destaque particular às usinas binacionais de Itaipu (em cooperação com o Brasil) e de Yacyretá (em cooperação com a Argentina), bem como à proximidade geográfica das reservas de gás boliviano, o Paraguai pode converter-se em fonte de contenção e de desestabilização aos governos de esquerda e centro-esquerda na América do Sul.

Apesar de ser detentor de uma economia e de instituições frágeis, parte-se do pressuposto de que o Paraguai tem sua importância estratégica no plano sistêmico, especialmente levando-se em conta a ameaça que poderia ser gerada no tabuleiro geopolítico da região, caso grandes alterações políticas, especialmente a nível internacional, se dessem no país. A exemplo, tem-se o momento do governo Lugo que diz respeito à revogação da instalação de bases militares estadunidenses no país. Nessa ocasião, a embaixadora dos Estados Unidos em Assunção, Liliana Ayalde, afirmou que a decisão do presidente Lugo era “lamentável” e que o acordo entre os dois países envolvia não apenas questões militares, mas também sociais, como a construção de escolas e clínicas médicas. Não obstante, ainda segundo a agência de notícias árabe *Al Jazeera*³⁰, Brasil, Venezuela, Equador, Bolívia e Argentina afirmaram que o acordo militar tratava-se de uma estratégia estadunidense para aumentar sua influência na região. Desse modo, constata-se que uma forte alteração dos rumos da política externa paraguaia nesse sentido poderia trazer uma nova capacidade de enfrentamento com seus vizinhos mais poderosos.

Pereira (2012), ainda que corrobore com a falta de liderança regional brasileira no caso e em outros similares, afirma que não houve golpe, todavia, o evento paraguaio serve como elemento para averiguação de uma crise na ideia de democracia representativa³¹. Para ele, não cabe a nenhum organismo internacional discorrer acerca da qualidade da democracia paraguaia, já que, a partir do momento em que se coloca em xeque uma decisão legitimamente votada e aprovada bicameralmente, imediatamente se inicia um processo de qualificação das instituições nacionais de representação do Paraguai. O analista supracitado critica ainda com veemência a diplomacia em curso no

³⁰ AL JAZEERA. “Paraguay cancels US troops deal” Disponível em: <<http://www.aljazeera.com/news/americas/2009/09/20099181720730677.html>>. Acesso em: 12 jul. 2014.

³¹ A democracia representativa é aquela em que representantes populares são eleitos por sufrágio e se reúnem em instituições nacionais, visando à manutenção democrática do Estado, respondendo e legislando pelo povo e para ele. Entretanto, uma das críticas desse modelo diz respeito ao grande distanciamento que muitas vezes se dá entre os representantes e o povo, o que reforçaria uma dinâmica de subordinação, a partir da relação entre dirigentes e dirigidos.

Brasil, que está se acostumando a seguir, não mais a liderar. Sendo a Unasul um instrumento regional que nasceu a partir de grandes esforços do Itamaraty durante o governo Lula (2003-2010), esperava-se que se mantivesse o papel de protagonista dentro de tal organismo, o que não se verificou nem no caso paraguaio, nem em casos similares, como no já mencionado caso em que a Bolívia nacionalizou uma refinaria da Petrobrás localizada em seu território.

No caso específico boliviano, Pereira representa a visão defendida maciçamente pela mídia³² no período: a de que o Brasil deveria ter tomado uma posição mais enérgica acerca da nacionalização dos hidrocarbonetos, ao passo em que autores como Cepik e Carra (2006, p. 11) contrapõem essa imagem, defendendo que não havia alternativa para o governo brasileiro quanto à importação do gás boliviano, já que o país dependia diretamente de tal matriz energética. Não menos importante naquela conjuntura, os “compromissos estratégicos com a integração da América do Sul” também impediram uma posição que levasse um caráter conflituoso com o país vizinho, uma vez que a diplomacia de Celso Amorim trabalhava com empenho na criação da Comunidade Sul-Americana de Nações (Casa).

Ainda no ensaio de Pereira (2012) encontra-se o tom de preocupação acerca do estremecimento das relações Brasil-Paraguai e as implicações político-econômicas que o caso poderia gerar, especialmente no já mencionado campo energético. Para o analista, em uma tentativa errônea de assegurar uma ideologia integracionista na América do Sul, o Brasil pôs em risco a segurança energética nacional, tendo em vista que congressistas paraguaios de extrema direita anunciaram³³ que não mais cederiam a energia produzida em Itaipu que não é absorvida pelo Paraguai. Contudo, Cotas (2013) sustenta que tal ameaça constituía-se como discurso vazio, já que o país guarani não tem a infraestrutura necessária para utilizar toda a parcela enérgica que lhe é cabida e não tem demanda, nem terá a curto ou médio prazo, para tal volume energético. Essa perspectiva pode ser corroborada por meio do estudo³⁴ publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica

³² FOLHA MUNDO. “Bolívia ocupa Petrobras e nacionaliza exploração de petróleo e gás”. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u95508.shtml>> Acesso em: 23 jul. 2014.

³³ TEORIA E DEBATE. “Itaipu e as relações Paraguai-Brasil”. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/internacional/itaipu-e-relacoes-paraguai-brasil>>. Acesso em: 25 jul. 2014.

³⁴ INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). “História – Usina Hidrelétrica de Itaipu”. Disponível em:

Aplicada (Ipea) em 2010, no qual se verificou que o Paraguai utiliza apenas cerca de 5% do montante hidrelétrico gerado na Usina Binacional de Itaipu, abastecendo aproximadamente 95% de toda a demanda do governo de Assunção.

Com o exposto, pode-se compreender porque as forças congressistas conservadoras do Paraguai não esperavam uma postura diplomática de ruptura por parte do governo brasileiro. Lima (2012, p. 3) acredita que tal evento serviu como plataforma para atuação da chamada “diplomacia presidencial”, haja vista que a presidenta Dilma Rousseff considerou o evento como um “precedente perigoso”³⁵ e convocou de imediato uma reunião ministerial, antes mesmo de um pronunciamento oficial por parte do Itamaraty.

A diplomacia brasileira, com o ato de esperar as posições que pudessem vir a ser tomadas pelos outros governos da região, sinalizou cautela e moderação antes de lidar com a questão paraguaia, tendo em vista que o país, especialmente a região centro-sul, depende da energia produzida em Itaipu para o pleno desenvolvimento nacional. Contudo, esperava-se de um grande ator regional que ele pudesse ser o principal articulador das ações e das medidas que seriam tomadas após o *impeachment*. Além do mais, tradicionalmente Brasília conta com o apoio de Assunção na esfera político-regional, em que se devem destacar as parcerias exercidas no Mercosul e na Unasul, remontando uma influência brasileira considerável sobre os processos de tomada de decisão paraguaios. Lima (2012, p. 4) ainda chega a questionar por que os políticos paraguaios decidiram dar continuidade ao processo de *impeachment* de Lugo, mesmo com a presença de observadores da Unasul no país, solicitando que os devidos procedimentos não fossem levados a diante. Assim, a classe política do Paraguai pode ter criado expectativas de que a reação brasileira quanto ao golpe seria demasiado leve, devido à expressiva interdependência entre os dois países.

A análise de Lima leva ainda a concluir que o desenrolar político no Paraguai em junho de 2012 clamava por uma atuação com caráter de protagonismo dos dois parceiros sul-americanos que têm maior ascendência sobre o país: Brasil e Argentina. Tratava-se de um contexto oportuno para que ambos os países desempenhassem “um papel

<http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2328:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 25 jul. 2014.

³⁵ INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. “Unasul e Mercosul suspenderão o Paraguai para forçar eleições”. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/510819-Unasul-e-Mercosul-suspenderao-o-paraguai-para-forcar-eleicoes>>. Acesso em: 28 jul. 2014.

construtivo no encaminhamento de eventuais soluções da crise no Cone Sul” (LIMA, 2012, p. 4).

Quanto à relação entre Brasil e Paraguai, há uma dissonância entre o tom adotado pelos políticos paraguaios internamente sobre o Brasil e a interlocução entre os dois países. Não é rara a manifestação, independentemente do partido, de declarações anti-Brasil e o país é por vezes tratado pela imprensa local “como um poder imperial que, historicamente, prejudica o Paraguai” (SOUTO, 2012, p. 13-14). Contudo, o Brasil é um dos seus maiores parceiros comerciais, em um laço que pode ser sintetizado por Gilpin (2002, p. 92-99) ao afirmar que o comércio pode moderar ou agravar conflitos. As relações bilaterais, ainda que não conformem um quadro conflituoso, parecem estar sempre sob a égide dos temas delicados que compõem a sua agenda, como a questão migratória (os brasiguaios) e a questão energética (a almejada revisão do Tratado de Itaipu).

Por fim, Llano, Nolte e Tibi Weber (2012, p. 13) interpretam a reação brasileira à deposição de Lugo como “a articulação de uma nova compreensão da liderança brasileira sobre a região”. Essa compreensão seria a de um Brasil que avança nas discussões políticas regionais sempre nos fóruns multilaterais, evitando assim possíveis desgastes diplomáticos nas relações bilaterais. De toda forma, questiona-se ainda, no caso paraguaio, se a Unasul e o Mercosul conformaram-se como os fóruns multilaterais adequados para que houvesse uma projeção brasileira na região.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil tem representado um papel de ator sempre presente nos processos regionais de instabilidade política, sendo um defensor da plena concretização dos valores democráticos. Contudo, diferentes níveis de atuação da diplomacia brasileira na região podem ser averiguados entre os anos 2000-2012, período em que a América Latina passou por seis crises políticas³⁶. A destituição de Fernando Lugo da presidência do Paraguai trouxe uma tensão diplomática para a região, especialmente dentro dos organismos regionais. Na ocasião do golpe, o diplomata brasileiro Samuel Pinheiro

³⁶ A remoção legal de Jamil Mahuad no Equador em 2000, a tentativa de golpe institucional na Venezuela contra Hugo Chávez em 2002, a saída forçada de Jean-Bertrand Aristide no Haiti em 2004, a substituição constitucional do hondurenho Manuel Zelaya em 2009, o golpe policial contra Rafael Correa no Equador em 2010 e a deposição parlamentar de Fernando Lugo no Paraguai em 2012.

Guimarães afirmou, em entrevista à revista Carta Capital³⁷, que a postura do Brasil acerca de eventuais sanções ao Paraguai deveria ser firme e ao mesmo tempo muito prudente. A ruptura democrática observada em Assunção clamava por posicionamentos internacionais resolutos, como os advindos de diversas nações latino americanas.

Não obstante, a América do Sul assistiu na última década outros casos de neogolpismo³⁸ nos moldes do que foi observado no Paraguai, manifestando-se também na Venezuela e no Equador. Em menor medida, Evo Morales na Bolívia também foi alvo de tentativas de deposição dentro dos moldes legalmente previstos pela sua Carta Magna. Guimarães (2012, p. 34-35) acredita que o responsável por esse fenômeno é o grande distanciamento que existe entre os anseios da maior parte da população e de seus representantes políticos.

A alta concentração de renda e de riqueza verificada no continente sul-americano trouxe como consequência as plataformas populares que elegeram os últimos candidatos nos regimes democráticos presidencialistas da região. Os mandatários com viés progressista que obtiveram êxito nos respectivos pleitos sustentavam propostas de distribuição de renda e, eventualmente, de redistribuição das propriedades. Todavia, nos legislativos predominam em geral as forças hegemônicas tradicionais de cada localidade. Essa falta de representatividade acaba por gerar impasses políticos de grande envergadura, comprometendo o nível de governabilidade do Executivo.

Dessa maneira, no neogolpe, o grupo que visa a derrubar o mandatário acaba por criar imagens ditatoriais do governo vigente, gerando um clima que possa justificar a pertinência do golpe de Estado. Guimarães (2012, p. 34) sintetiza essa ideia ao afirmar que “o neogolpismo reconhece que os governos foram eleitos democraticamente, mas argumenta que eles não governam democraticamente”.

Uma ação mais enfática por parte dos governos da região conforma-se como um meio de se alcançar o ocaso do neogolpismo, deixando claro que os processos de ruptura democrática não são tolerados. Costa (2012, p. 36) recorda que no caso de Honduras, por

³⁷ GUIMARÃES, S. P. “Ruptura democrática”. Carta Capital, São Paulo, n. 704, p. 34-35, 4 jul. 2012. Entrevista concedida a Gabriel Bonis.

³⁸ Juan Gabriel Tokatlian (2012) enxerga um princípio comum nas últimas tentativas de golpe no conjunto latino americano: verifica-se a deposição imediata do presidente, sempre simulando uma crise de grandes proporções e com uma envergadura maior do que era realmente, assim, não haveria nenhuma opção senão a remoção imediata do Executivo, mantendo formalmente as instituições, esperando os ânimos da comunidade internacional se enfraquecer e, por conseguinte, que suas políticas antigolpe se tornassem improdutivas. Tokatlian denomina esses processos como neogolpismo.

exemplo, a destituição de Manuel Zelaya levou ao isolamento do país de todos os organismos latino americanos, dificultando as negociações internacionais, o que levou a uma queda de 2% do PIB em 2009. A situação em Honduras só começou a se restaurar a partir de 2011, quando o presidente Porfírio Lobo, eleito após o golpe, anulou os processos contra Zelaya. Acredita-se, portanto, que a falta de uma reação mais firme em Honduras abriria margem para o estabelecimento de um governo autoritário no país e que os reflexos de uma possível não reação internacional poderiam ecoar no desenrolar da crise política paraguaia aqui discutida.

Por sua vez, a pauta política da Unasul, inserida em um paradigma pós-neoliberal, estabelece novas bases para o regionalismo, ultrapassando os anseios meramente econômicos. Sua atuação está construindo um novo espaço de diálogo político, resignificando a cooperação regional. Um de seus principais desafios será conciliar essas demandas econômicas, que envolvem os anseios da globalização, e as demandas sociais e políticas, reclamadas pelo âmbito doméstico e regional. Para tal, é preciso que os países da América Latina se associem em favor da coesão regional, contudo, vale salientar a histórica relação de proximidade econômica entre os Estados Unidos e alguns países da região, como Chile, Peru, Colômbia e México³⁹. Apesar de tal quadro dissidente, cabe dar relevância às novas oportunidades regionais que estão sendo criadas pelas novas lideranças que estão rompendo paradigmas e estabelecendo novos desafios para a integração regional.

Com todo o exposto, buscou-se compreender como se deram as aspirações de maior presença internacional do Brasil, no que se conceituou como liderança. Embora o projeto estratégico brasileiro de construção da ideia de América do Sul como polo de poder se revele cada vez mais difícil de ser executado, ele ainda não deve ser descartado. Porém, a postura altamente cordial do Brasil, por vezes encarada como conformista, e seus posicionamentos nem sempre tão claros, como na crise do Paraguai, acabam por não concretizar as suas expectativas de aumentar sua ação como protagonista regional.

Acredita-se, por fim, que a ação sob o respaldo das instituições multilaterais regionais, evitando os processos bilaterais típicos dos comportamentos hegemônicos, acabaria por inaugurar um novo tipo de liderança regional, ao passo em que se

³⁹ Destaca-se que tais países configuram hoje a Aliança do Pacífico, iniciativa de integração regional criada em abril de 2011, que é tida atualmente como contraponto ao Mercosul, voltando-se, basicamente à Ásia, mas com aproximações aos Estados Unidos.

fortaleceria a América do Sul enquanto conjunto político, evitando, por exemplo, que o modelo neogolpista se propagasse, preservando assim a democracia na América do Sul.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABC COLOR. **Tres países lo reconocen, once se oponen.** Disponível em: <<http://www.abc.com.py/nacionales/tres-paises-reconocen-gobierno-de-franco-y-nueve-se-oponen-417880.html>>. Acesso em: 10 jul. 2014.

AL JAZEERA. **Paraguay cancels US troops deal.** Disponível em: <<http://www.aljazeera.com/news/americas/2009/09/20099181720730677.html>>. Acesso em: 12 jul. 2014.

ALTMANN, J. **Alba: ¿un proyecto alternativo para América Latina?** ARI, Nº 17/2008, 08 de fevereiro de 2008. Disponível em: <http://www.realinstitutoelcano.org/wps/wcm/connect/78a360004f0198a9884bec3170baead1/ARI17008_Altmann_ALBA.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=78a360004f0198a9884bec3170baead1>. Acesso em: 20 ago. 2013.

ANDERSON, P. **Balço do neoliberalismo.** In: SADER, Emir. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ASUNTOS DEL SUR. **Golpe en Paraguay: límites del poder del Estado democrático.** Disponível em: <<http://www.asuntosdelsur.org/golpeen-paraguay-limites-del-poder-del-estado-democratico>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

AYERBE, L. F. **Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia.** São Paulo: Editora UNESP, 2002.

_____. **Novas lideranças políticas e alternativas de governo na América do Sul.** São Paulo: Editora UNESP; Programa San Tiago Dantas de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UNESP, Unicamp e PUC-SP, 2008.

BAQUERO, M. **Populismo e neopopulismo na América Latina: o seu legado nos partidos e na cultura política.** Soc. e Cult., Goiânia, v. 13, n. 2, p. 181-192, jul./dez. 2010.

BIANCHI, M. **Golpe en Paraguay: límites del poder del Estado democrático.** In: *Asuntos Del Sur*. Disponível em: <<http://www.asuntosdelsur.org/golpeen-paraguay-limites-del-poder-del-estado-democratico>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** 1988. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 26 jan. 2014.

BRITO, B. **Hard, soft ou smart power: discussão conceptual ou definição estratégica?** Disponível em: <janus.ual.pt/janus.net/pt/arquivo_pt/pt_voll_n1/pt_voll_n1_not3.html>. Acesso em: 28 ago. 2014.

BUENO, C. **O Barão do Rio Branco e o Projeto da América do Sul.** In: *Rio Branco, América do Sul e a Modernização do Brasil*. Brasília: IPRI/FUNAG, 2002.

CASTEÑEDA, J. **Latin America's Left Turn.** Foreign Affairs, jun. 2006. Disponível em: <<http://www.foreignaffairs.com/articles/61702/jorge-g-castaneda/latin-americas-left-turn>>. Acesso em: 27 ago. 2014.

CEPIK, M; CARRA, M. **Nacionalização Boliviana e Desafios da América do Sul.** Análise de Conjuntura OPSA (nº. 4, abril de 2006). Disponível em: <http://observatorio.iesp.uerj.br/images/pdf/analise/17_analises_Nacionalizacao_boliviana_a_desafios_America_do_Sul.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2014.

CERVO, A. L. **Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros.** São Paulo: Saraiva, 2008.

CERVO, A. L.; BUENO, C. **História da política exterior do Brasil.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

CHAVES, D. S. **Autonomias: Bolívia no tempo presente.** Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2010.

CODAS, G. **Itaipu e as relações Paraguai-Brasil.** In: *Teoria e Debate*. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/internacional/itaipu-e-relacoes-paraguai-brasil>>. Acesso em: 28 jul. 2014.

CORREIO BRAZILIENSE. **Brasil condena impeachment de Lugo e chama embaixador para consultas.** Disponível em: <http://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/mundo/2012/06/23/interna_mundo,308853/brasil-condena-impeachment-de-lugo-e-chama-embaixador-para-consultas.shtml>. Acesso em: 20 jul. 2014.

CORTE SUPREMA DE JUSTICIA. **Comentario a la Consitución.** Tomo III. Homenaje al décimo quinto aniversario. Assunción: 2007.

COSTA, A. L. M. C. **Vacina contra intentonas 2.0.** Carta Capital, São Paulo, n. 704, p. 36-37, 4 jul. 2012.

CSA (Confederación Sindical de Trabajadores de las Américas). **UNASUR: el Proceso de Integración Suramericano: Elementos para una estrategia sindical.** Porto Alegre/João Pessoa, 2010. Disponível em: <http://www.justice.gov/archive/ln/what_is_the_patriot_act.pdf>. Acesso em: 9 jan. 2014.

DUPAS, G; OLIVEIRA, M. F. **A União Sul-Americana de Nações: oportunidades econômicas e entraves políticos.** In: AYERBE, L. F. Novas lideranças políticas e

alternativas de governo na América do Sul. São Paulo: Editora UNESP: Programa San Tiago Dantas de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UNESP, Unicamp e PUC-SP, 2008.

ESPÓSITO NETO, T. **As possibilidades e os limites do “realismo periférico”: a política externa do Paraguai de 1954 a 1989.** In: *3º Encontro Nacional Abri 2011*, 2011, São Paulo. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000122011000300051&lng=en&nrm=abn>. Acesso em: 12 ago. 2014.

_____. **As relações brasileiro-paraguaias na era pós-Lugo: uma análise prospectiva.** In: *Revista Conjuntura Austral*. Vol. 3, n. 13. Ago. Set. 2012.

EXAME. **Paraguai não dará energia barata a vizinhos, diz presidente.** Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/mundo/noticias/paraguai-nao-dara-energia-barata-a-vizinhos-diz-presidente>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

FOLHA MUNDO. **Brasil mantém no limbo missão no Paraguai.** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/1253080-brasil-mantem-no-limbo-missao-no-paraguai.shtml>>. Acesso em: 6 ago. 2014.

GALVÃO, T. G. **América do Sul: construção pela reinvenção (2000-2008).** In: *Rev. Bras. Polít. Int.* 52 (2): 63-80 [2009].

GEHRE, T. **América do Sul: a ideia brasileira em marcha.** Curitiba: Juruá, 2009.

_____. **“Dança das cadeiras” no Mercosul: uma avaliação crítica.** In: *Boletim Meridiano* 47. Brasília, Vol. 13, N. 133, out. 2012. Disponível em: <<http://seer.bce.unb.br/index.php/MED/article/view/7641/5950>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

GILPIN, R. **A economia política das relações internacionais.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

GUIMARÃES, S. P. **Estados Unidos, Venezuela e Paraguai.** Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=20570>. Acesso em: 17 jul. 2014.

_____. **Ruptura democrática.** Carta Capital, São Paulo, n. 704, p. 34-35, 4 jul. 2012. Entrevista concedida a Gabriel Bonis.

HERZ, M.; HOFFMANN, A. R. **Organizações Internacionais: história e práticas.** Rio de Janeiro, Elsevier, 2004.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. **Unasul e Mercosul suspenderão o Paraguai para forçar eleições.** Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/510819-Unasul-e-Mercosul-suspenderao-o-paraguai-para-forcar-eleicoes>>. Acesso em: 28 jul. 2014.

JUSTICIA ELECTORAL. **Constitución de Paraguay, 1992.** Disponível em: <<http://tsje.gov.py/constituciones.php>>. Acesso em: 13 jun. 2014.

LA NACIÓN. **Argentina ‘no convalidará el golpe en Paraguay’ mientras que Brasil sugirió que quedaría fuera de la Unasur y el Mercosur.** Disponível em: <<http://www.lanacion.com.ar/1484357-unasur-y-mercosur-tomaria-medidas-severas-ante-la-remocion-de-lugo>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

_____. **Destituyen a Lugo y la región rechaza al nuevo gobierno.** Disponível em: <<http://www.lanacion.com.ar/1484602-destituyen-a-lugo-y-la-region-rechaza-al-nuevo-gobierno>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

_____. **Franco: ‘Si la Unasur nos echa, para mí sería un ascenso’.** Disponível em: <<http://www.lanacion.com.ar/1499303-franco-si-la-unasur-nos-echa-para-mi-seria-un-ascenso>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

LIMA, M. R. S. **Dossiê Paraguai.** Observador On-Line. v.7, n.06, jun. 2012.

_____. **Instituições democráticas e política exterior.** Contexto Internacional, v. 22, n. 2, p. 285, 2000.

LLANO, M.; NOLTE, D.; TIBI WEBER, C. **Paraguai: golpe ou voto de desconfiança?** In: *Revista Conjuntura Austral*. Vol. 3, n. 14. Out. Nov. 2012.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Cronologia bilateral Brasil – Chile.** Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/o-ministerio/conheca-o-ministerio/america-do-sul/departamento-da-america-do-sul-ii-das-ii/chile/cronologia-bilateral>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

MOREIRA, F. K. **Seria a ‘cordialidade oficial brasileira’, a diplomacia do ‘homem cordial’?** In: *Revista Conjuntura Austral*. Vol. 4, n. 18. Jun. Jul. 2013.

NAFALSKI, G. P. N. **Unasul: uma perspectiva política de integração sul-americana.** Dissertação de Mestrado em Sociologia da USP, 2010. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/Unasul/mono_nafalski_Unasul.pdf>. Acesso: 22 jan. 2014.

NYE JR, J. S. **Cooperação e conflito nas relações internacionais.** São Paulo: Gente, 2009.

ONUJI, J.; OLIVEIRA, A. J. S. N. **Eleições, Política Externa e Integração Regional.** Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 27, p. 145-155. São Paulo, 2006.

PATRIOTA, A. A. **Conferência de Abertura: A Política Externa Brasileira no Atual Contexto Geopolítico Internacional.** In: ALMEIDA, Perpétua; ACIOLY, Luciana; CALIXTE, André. Os desafios da política externa brasileira em um mundo em transição. Rio de Janeiro: IPEA, 2014.

PECEQUILO, C. S. **A Política Externa do Brasil no Século XXI: Os Eixos Combinados de Cooperação Horizontal e Vertical.** Rev. Bras. Polít. Int. 51 (2): 136-153, 2008.

PEDROSO, C. S. **O Brasil de Lula da Silva: entre o regional e o global. O Caso da UNASUL.** Revista de Relações Internacionais da UFGD, Vol.2, nº3, 2013. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/2388>>. Acesso em: 26 jan. 2014.

PEREIRA, M. **Democracia Representativa.** Online, 26 jun. 2012. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/blogs/blogdomerval/posts/2012/06/26/democracia-representativa-452394.asp>>. Acesso em: 3 ago. 2014.

PINTO, D. J. A. **Smart power: os pilares deste poder na política externa brasileira.** In: 3º Encontro Nacional da ABRI, 2011, São Paulo. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000122011000100061&lng=en&nrm=abn>. Acesso em: 28 ago. 2014.

RIGGIROZZI, P. **Re-territorializando consensos: Hacia un regionalismo post-hegemónico en América Latina.** In: SERBIN, A.; MARTÍNEZ, L.; RAMANZINI JÚNIOR, H. El regionalismo “post-liberal” en América Latina y el Caribe: Nuevos actores, nuevos temas, nuevos desafíos. Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe 2012. Buenos Aires: Cries (Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales), 2012. Disponível em: <<http://www.ieei-unesp.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/10/2012-Anuario-CRIES-1.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2014.

SANAHUJA, J. A. **Del regionalismo abierto al regionalismo post-liberal: crisis y cambio en la integración regional en América Latina.** In: AFONSO, L.; PEÑA, L.; VASQUEZ, M. (Org.). Anuario de la integración regional de América Latina y el Gran Caribe. Nº 7, 2008. Disponível em: <<http://www.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2009/02450.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2014.

SERBIN, A. **A América do Sul em um mundo multipolar. A Unasul é a alternativa?** Nueva Sociedad, 2009. Disponível em: <http://www.nuso.org/upload/articulos/p7-1_1.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2014.

SERBIN, A.; MARTÍNEZ, L.; RAMANZINI JÚNIOR, H. **El regionalismo “post-liberal” en América Latina y el Caribe: Nuevos actores, nuevos temas, nuevos desafíos.** Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe 2012. Buenos Aires: Cries (Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales), 2012. Disponível em: <<http://www.ieei-unesp.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/10/2012-Anuario-CRIES-1.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2014.

SIMÕES, A. J. F. **O Mercosul e a Unasul: desafios para o aprofundamento da integração sul-americana.** In: ALMEIDA, Perpétua; ACIOLY, Luciana; CALIXTE, André. Os desafios da política externa brasileira em um mundo em transição. Rio de Janeiro: IPEA, 2014.

SIMONETTI, M. C. L. **A geografia dos movimentos sociais na América Latina.** In: CARVALHO, Edemir de. (Org.). *Perspectivas da globalização.* São Paulo: LCTE, 2010, p. 221-232.

SOUTO, C. V. **A crise política no Paraguai e o Brasil.** In: *Revista Conjuntura Austral.* Vol. 3, n. 13. Ago. Set. 2012.

STURARO, G. W. S.; FROTA, A. F. M. **A suspensão do Paraguai e a entrada da Venezuela: implicações para o regime de defesa coletiva do MERCOSUL.** In: *Revista Conjuntura Austral.* Vol. 3, n. 13. Ago. Set. 2012.

TELESUR. **Fernando Lugo: ‘Esto es un golpe de Estado express’.** Disponível em: <<http://www.telesurtv.net/articulos/2012/06/21/fernando-lugo-es-un-golpe-de-estado-express-2684.html>>. Acesso em: 21 jul. 2014.

TOKATLIAN, J. G. **Latinoamerica y sus opciones estratégicas: um análisis de las relaciones extra-regionales.** *Análisis Político*, vol. 24, nº 73, 2011, p. 139-158.

_____. **El auge del neogolpismo.** Disponível em: <<http://www.lanacion.com.ar/1484794-el-auge-del-neogolpismo>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

_____. **Neogolpismo.** Disponível em: <<http://www.pagina12.com.ar/diario/elmundo/subnotas/128159-41146-2009-07-13.html>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

TRASPDINI, R. S.; MANDARINO, T. M. **Desenvolvimentismo x neodesenvolvimentismo na América Latina: continuidade e/ou ruptura?** Artigo apresentado no 37º Encontro Anual da ANPOCS, Águas de Lindóia, 2013. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=8393&Itemid=429>. Acesso em: 29 ago. 2014.

U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Remarks at the Top of the Daily Briefing.** Disponível em: <<http://www.state.gov/secretary/rm/2009a/06/125487.htm>>. Acesso em: 28 ago. 2014.

UNASUL. **Declaração de Cochabamba.** Cochabamba, 4 jul. 2013. Disponível em: <<http://www.unasursg.org/inicio/centro-de-noticias/archivo-de-noticias/declaraci%C3%B3n-de-la-unasur-frente-al-agravio-sufrido-por-el-presidente-evo-morales>>. Acesso em: 10 set. 2013.

UNASUL. **Declaración del Cusco sobre la Comunidad Sudamericana de Naciones.** III Cumbre Presidencial Sudamericana. Cusco, 8 dez. 2004. Disponível em: <<http://www.unasursg.org/uploads/92/49/92492edfad3b9cf35387d22e39e5b9b1/Declaracion-del-Cusco-sobre-la-Comunidad-Suramericana-de-Naciones-2004.pdf>>. Acesso em: 8 fev. 2014.

UNASUL. **Tratado Constitutivo.** 2008. Disponível em: <<http://www.unasursg.org/uploads/cb/f2/cbf2f9520ad902831b19a51f5b886959/Tratado-Constitutivo-version-portugues.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2013.

WEISBROT, M. **Does the US back the Honduran coup?** Disponível em: <<http://www.theguardian.com/commentisfree/cifamerica/2009/jul/01/honduras-zelaya-coup-obama>>. Acesso em: 27 ago. 2014.

WIGHT, M. **A política do poder.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, IPRI; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.